

26/03/2015	Despacho inicial
1.ª Revisão	
21/08/2017	Atualização das siglas dos cursos. Adequação de requisitos de formandos, formadores, coordenador, e das condições específicas de realização da avaliação.
2.ª Revisão	
18/05/2018	No final do 1.º parágrafo do ponto 5.1.2. foi retirado "acrescidos de comprovação de 3 anos de experiência profissional".

REGULAMENTO ESPECÍFICO N.º 3

1. Área Temática: Distribuição, venda e aplicação de produtos fitofarmacêuticos

1.1. Destinatários: Aplicadores especializados, no caso das alíneas f) e g) do artigo 2.º e nos termos da alínea b) do artigo 3.º do Despacho n.º 666/2015, de 22 de janeiro.

Cursos de Formação Criados (artigo 2.º do referido despacho):

f) Aplicação especializada de produtos fitofarmacêuticos em função dos produtos a aplicar (**AEPF**), designadamente:

- Aplicação especializada de produtos fitofarmacêuticos – produtos de tratamento de solo (**AEPFS**);
- Aplicação especializada de produtos fitofarmacêuticos – produtos de tratamento em ambiente confinado (**AEPFAC**);

g) Atualização em aplicação especializada de produtos fitofarmacêuticos (**AAEPF**).

O Programa deste curso será apresentado oportunamente de forma a atender ao prazo determinado para atualização dos conhecimentos dos formandos.

2. Enquadramento:

Artigos 6.º e 7.º da Portaria n.º 354/2013 de, 9 de dezembro, que estabelecem:

- Os critérios específicos de ingresso dos formandos e de seleção dos formadores;
- As condições específicas de organização e as particulares para a realização das ações de formação, bem como as condições para a realização da avaliação de aprendizagem dos cursos referidos, cujos programas estão disponíveis no sítio da DGADR.

3. Normas Gerais Aplicáveis aos Cursos:

- A certificação de entidades formadoras (públicas ou privadas), a homologação de ações de formação, o acompanhamento e a avaliação da aprendizagem são efetuadas, nos termos do Despacho n.º 8857/2014, de 9 de julho, pela DGADR para todos os cursos do presente regulamento, quer se destinem a técnicos ou a aplicadores especializados;
- As ações de formação dos cursos acima identificados devem ser realizadas de acordo com os respetivos programas.

Condições e critérios do regulamento
4. Critérios específicos de ingresso dos formandos
<p>4.1. Cursos AEPFS e AEPFAC</p> <p>4.1.1. Habilitação literária</p> <p>Escolaridade mínima obrigatória, nos termos dos n.ºs 3.1 e 3.2, do artigo 7.º, do anexo do Despacho n.º 8857/2014, de 9 de Julho.</p> <p>4.1.2. Habilitação Profissional</p> <p>Ser detentor de Curso de “Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos (APF)” ou de “Distribuição, Comercialização e Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos (DCAPF)”, reconhecidos pelo Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural.</p>
5. Critérios específicos de ingresso dos formadores
<p>Dada a necessidade de atender a exigências especiais que envolvem o manuseamento e a correta aplicação do tipo de produtos fitofarmacêuticos de modo a garantir uma eficácia aceitável e a segurança para o aplicador, consumidor e ambiente, considera-se que os formadores devem dispor de requisitos complementares, dos quais se salientam os conhecimentos sobre os parâmetros que condicionam a eficácia deste tipo de produtos tais como o ciclo biológico dos insetos que atacam as plantas, o nível populacional, a oportunidade de intervenção, a possibilidade de ocorrência de resistência, a fitotoxidade e os fatores agrícolas e climáticos, bem como conhecimentos específicos relativos à segurança no manuseamento e aplicação de produtos fitofarmacêuticos de aplicação especializada.</p> <p>5.1. Critérios de ingresso</p> <p>5.1.1. Habilitação literária</p> <p>Formação superior na área agrícola ou florestal com unidade(s) curricular(es) na área de proteção das culturas.</p> <p>5.1.2. Habilitação Profissional e/ou experiência profissional</p> <p>Cursos FDCAPF-91 horas e AEPFS-21 horas e/ou AEPFAC-21 horas (em função do curso a ser ministrado), todos reconhecidos pelo Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural.</p> <p>Permite-se a análise casuística relativa às habilitações literárias, no caso de técnicos, que cumprindo os requisitos estabelecidos no ponto 5.1.1 e 5.1.3, demonstrem possuir experiência formativa nos cursos de AEPFS e/ou AEPFAC.</p>

5.1.3. Habilitação Pedagógica

Certificado de competências pedagógicas (CCP), ou certificado de aptidão pedagógica (CAP), ou isenção nos termos do n.º 2, do artigo 2.º da Portaria n.º 214/2011, de 30 de maio.

5.3 Formadores em simultâneo

As sessões assinaladas a amarelo nos conteúdos programáticos dos programas devem ser efetuadas com dois formadores em simultâneo, nomeadamente:

Em cada curso, 7 horas teóricas (TT) e 6 horas de prática simulada (PS), em sala, e 3 horas de prática simulada de campo (PSC), o que perfaz um total de 16 horas de formação ministrada com dois formadores em simultâneo.

NOTA: Em todos os cursos, sempre que conveniente o grupo deve, no mínimo, ser dividido em dois e cada subgrupo acompanhado por um formador, com exceção de cursos em que o número de formandos seja reduzido (inferior ou igual a oito) em que se admite apenas um formador.

6. Condições específicas de organização das ações de formação

As ações de formação devem ser coordenadas e orientadas por um coordenador pedagógico que assegure:

- O cumprimento do programa, dos objetivos, e da programação efetuada;
- A disponibilização atempada dos recursos necessários;
- A manutenção da dinâmica de grupo nas sessões formativas e nos tempos livres;
- A articulação entre formadores, Formandos e a entidade formadora;
- A continuidade dos trabalhos em sala, campo ou no decurso de visitas de estudos e as atividades de avaliação e de organização do dossiê técnico e pedagógico do curso.

As ações de formação devem ser realizadas e organizadas segundo os respetivos programas de formação, respeitando a carga horária total e de cada módulo, bem como a relação entre formação em sala (Científico-Tecnológica e Prática Simulada) e em campo (Prática Simulada de Campo).

Dado que o programa do curso inclui a realização de uma visita de estudo, a sua organização deve considerar todos os pontos contidos no formulário n.º 3.4 - "Guião das Visitas de Estudo". Na visita de estudo deve ainda atender-se ao seguinte:

- Ser previamente organizada e preparada com os formandos de acordo com o guião e os objetivos identificados;
- Ser enquadrada e acompanhada pelo formador ou formadores e pelo coordenador;
- Os formandos, em grupo ou individualmente, devem elaborar relatórios sobre a visita de estudo, nos quais evidenciem os aspetos mais relevantes da experiência que tiveram e

as principais conclusões retiradas.

- O formador ou formadores e o coordenador devem elaborar relatório sobre a realização e o resultado da visita de estudo realizada.

7. Condições específicas para a realização da avaliação

7.1 Avaliação de Reação

A avaliação de reação deve ser efetuada no final da ação de formação, envolvendo os seguintes aspetos: organização, metodologia, conteúdos, participação pessoal, desempenho dos formadores, desempenho do coordenador, meios disponibilizados e infraestruturas.

7.2 Avaliação Formativa

A avaliação formativa é efetuada no decurso da ação de formação, com base nos exercícios de simulação, nos trabalhos de grupo e no debate sobre a visita de estudo.

7.3. Avaliação de Conhecimentos Sumativa

A avaliação de conhecimentos é composta por uma prova teórica de natureza sumativa realizada no final da ação, sob a forma de teste escrito, incidindo sobre todas as temáticas do curso, devendo ter no mínimo dez perguntas.

A prova, as grelhas de avaliação e de pontuação são concebidas pelos formadores.

Os formadores promovem a realização da prova e efetuam a classificação dos formandos.

Serão considerados com aproveitamento, os formandos que tenham tido assiduidade e que obtenham uma pontuação final igual ou superior a 10 valores. A prova é pontuada de 0 a 20 valores. Aos formandos com uma pontuação final igual ou superior a 10 valores, será atribuída a classificação final "Com aproveitamento".

8. RECURSOS TÉCNICO-PEDAGÓGICOS

Os recursos técnico-pedagógicos a disponibilizar na ação de formação são os indicados no programa dos Cursos.

9. Despacho de Decisão

Subdiretora Geral de Alimentação e Veterinária

[Despacho de delegação de competências n.º 12601/2016, de 19 de outubro de 2016]